

# Estabilidade ou desnacionalização dos sistemas partidários? Uma análise comparada de Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai (1982-2019)

*Stability or denationalization of party systems? A comparative analyse of Brazil, Chile, Paraguay and Uruguay (1982-2019)*

RODRIGO MAYER

## RESUMO

Este artigo analisa e compara a nacionalização eleitoral dos sistemas partidários de quatro países latino-americanos (Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) no período entre 1982 e 2019. Para a realização deste trabalho, utilizei dados referentes às eleições estaduais (ou provinciais) para deputados federais (nacionais) e o índice *Party System Nationalization Score weight* (PSNSw), que mede a homogeneidade do apoio eleitoral dos partidos ao longo dos territórios nacionais. O estudo da nacionalização é antigo e, por muito tempo, ocupou um espaço secundário nos estudos partidários; porém, nas últimas décadas, tem ganhado cada vez mais espaço, principalmente em estudos comparativos. A nacionalização pode envolver dois processos distintos. O primeiro trata da construção dos partidos e dos sistemas partidários nacionais em substituição aos partidos e sistemas regionais. O segundo argumenta que a nacionalização se refere à uniformidade do apoio eleitoral dos partidos nos distritos. Neste artigo, trabalho

apenas com a segunda vertente. Como resultados, demonstra-se que os sistemas partidários estudados estão atravessando por uma fase de desnacionalização, geradas por questões conjunturais, alterações na legislação, acomodação dos partidos no sistema partidário ou surgimento de novos partidos que alteram a dinâmica do sistema partidário.

**Palavras-chave:** Partidos políticos; América latina; Análise comparativa.

## ABSTRACT

This article analyzes and compares the electoral nationalization of the party systems of four Latin American countries (Brazil, Chile, Paraguay and Uruguay) between 1982 and 2019. To carry out this work, I used data referring to state (or provincial) elections for federal (national) deputies and the Party System Nationalization Score weight (PSNSw) index, which measures the homogeneity of electoral support of parties across national territories. The study of nationalization is old and, for a long time, it occupied a secondary space in party studies; however, in the last decades, it has gained more and more space, mainly in comparative studies. Nationalization can involve two distinct processes. The first is the construction of national parties and party systems to replace regional parties and systems. The second argues that nationalization refers to the uniformity of electoral support for parties in the districts. In this paper, I work only with the second strand. As a result, the article demonstrates that the party systems studied are going through a phase of denationalization, generated by conjunctural issues, changes in legislation, the accommodation of parties in the party system or the emergence of new parties that alter the dynamics of the party system.

**Keywords:** Political parties; Latin America; Comparative analysis.

## APRESENTAÇÃO

A nacionalização dos sistemas partidários (e dos partidos políticos) não consiste em um tema recente na agenda da ciência política (DOŠEK, 2015). Os primeiros trabalhos sobre o tema foram elaborados na década de 1960 e examinaram o deslocamento dos temas regionais para temas nacionais — principalmente na primeira metade do século XX — e como esse processo auxiliou na homogeneização dos comportamentos e das atitudes dos atores políticos — e do eleitorado —, que culminou com a formação de partidos nacionais (CARAMANI, 2004; SCHASTTSCHNEIDER, 1960). Os estudos iniciais também trataram da homogeneidade do suporte eleitoral ao longo dos territórios e da resposta dos eleitores de diferentes unidades territoriais frente a questões políticas nacionais (STOKES, 1965, 1967).

No entanto, o tema, por muito tempo se viu como secundário — e por vezes esquecido — dentro dos estudos partidários e somente começou a ganhar destaque no final

do século passado. Isso ocorreu muito por causa da expansão de estudos de Caramani (2004) e Chhibber e Kollman (1998) sobre o processo de formação dos sistemas partidários europeus — e no caso de Chhibber e Kollman (*idem*), a questão indiana — além de análises sobre os impactos das reformas descentralizadoras realizadas no final da década de 1990 bem como de pesquisas sobre os sistemas partidários das chamadas novas democracias (América Latina e Leste Europeu).

Nas últimas décadas, os sistemas partidários — e os partidos políticos — da América Latina têm sido amplamente analisados pela ciência política. Inicialmente, os estudos focaram os processos de transição democrática e a formação e consolidação das instituições democráticas. Os primeiros estudos, muitas vezes, também debatiam o grau de consolidação e/ou institucionalização dos sistemas partidários e dos partidos políticos em comparação com as democracias consolidadas.

Resumidamente, o debate sobre a consolidação e/ou instituição dos sistemas partidários latino-americanos é travado entre duas correntes opostas. A primeira expõe que os sistemas partidários da região, com exceções, são frágeis se comparados aos das democracias consolidadas. A fragilidade decorre da inexistência de partidos políticos fortes, do predomínio de relações clientelistas, de organizações informais e da alta instabilidade de seus sistemas partidários (ROBERTS; WIBBELS, 1999; VAN BIEZEN, 1998, 2000). De outro lado, argumenta-se que os prognósticos negativos consideraram apenas o período inicial das democracias, e estas, em sua maioria, conseguiram se estabilizar (CARRERAS, 2012; RUIZ, 2007).

A segunda corrente argumenta que a região latino-americana conta com grande variedade de sistemas partidários, sendo alguns mais estáveis (como o Chile, a Costa Rica e o Uruguai), outros dotados de grande instabilidade (Peru) e outros alvo de debates quanto a sua estabilidade e/ou consolidação (Brasil).

Para além desse debate, os partidos e sistemas partidários são examinados nas suas mais variadas facetas: organização partidária, ideologia, fragmentação do sistema partidário, emergência de novos partidos, coalizões, volatilidade eleitoral, eleições, colapso e transformação dos sistemas partidários, entre outros.

Boa parte do debate sobre a nacionalização se restringe a sua medição fenômeno. De um lado, ela é medida através de técnicas estatísticas e, de outro, recorre-se à utilização de índices formulados para tal. A primeira perspectiva geralmente é utilizada por estudos focados na realidade dos Estados Unidos ou por autores que se filiam a ela, como

Morgenstern *et al* (2014), que analisa a nacionalização do Chile e de outros países latino-americanos a partir das categorias nacionalização estática e dinâmica. A segunda perspectiva é amplamente utilizada em estudos sobre a América Latina e busca medir a homogeneidade do apoio eleitoral.

Um debate às vezes ignorado trata das causas da nacionalização. O fenômeno geralmente é relacionado com reformas descentralizadoras, no entanto Leiras (2010) argumenta que a descentralização não necessariamente se traduz em desnacionalização e que depende de outros fatores, como as regras institucionais, por exemplo. Outros fatores também são apontados como causas da descentralização, como o federalismo, o surgimento de partidos locais e a fragmentação do sistema partidário.

O artigo busca contribuir com o debate ao analisar a nacionalização do sistema partidário de quatro países latino-americanos (Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) no período de 1982 até 2019. O argumento principal do texto é que os sistemas analisados têm atravessado por um processo de desnacionalização, motivado principalmente pela expansão da franquia eleitoral<sup>1</sup>.

Para realizar este estudo, foram coletados dados referentes às eleições estaduais (ou provinciais) para deputados federais (ou nacionais) no período entre 1982 e 2018 nos países selecionados. Para o cálculo de nacionalização, utilizei o índice “*Party System Nationalization Score*” (PSNSw) formulado por Bochsler (2010), muito utilizado em estudos comparativos e latino-americanos.

O artigo é dividido em cinco partes. A primeira se ocupa dos aspectos teóricos sobre a nacionalização. A segunda parte trata dos aspectos metodológicos do trabalho. Na terceira, ocorre a análise dos casos. A quarta sessão analisa alguns fatores de nacionalização e desnacionalização. Por fim, o último trecho trata das considerações finais.

## **1. DEBATE TEÓRICO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO SOBRE NACIONALIZAÇÃO**

Não existe uma definição única ou hegemônica acerca da nacionalização dos partidos políticos e do sistema partidário. Dentre as inúmeras definições, destaco: i) as que consideram a nacionalização como o processo de formação dos partidos políticos e dos eleitorados nacionais; ii) as que consideram o processo como a homogeneidade da

---

<sup>1</sup> Franquia eleitoral refere-se à inclusão da população no jogo eleitoral e à construção de partidos políticos.

distribuição do voto e; iii) a nacionalização como o processo de mudança eleitoral, resultado das clivagens sociais, diferenças entre as eleições nacionais e locais etc.

Sobre a primeira definição, ela trata basicamente do processo de formação dos eleitorados e dos partidos políticos nacionais europeus (CARAMANI, 2004; CHHIBBER; KOLLMAN, 1998, 2004). Esse processo envolveu a centralidade de temas nacionais em relação aos temas locais, além de alterações em relação às clivagens sociais. Em que as clivagens baseadas em questões territoriais perderam espaço para as clivagens funcionais (CARAMANI, 2004; KASUYA; MOENIUS, 2008; RUIZ; OTERO, 2014).

Em linhas gerais, a segunda visão pode ser decomposta em dois grupos. O primeiro grupo argumenta que a nacionalização se refere à homogeneidade territorial dos partidos, em que seu apoio é distribuído de forma homogênea (BOCHSLER, 2010, 2017; GOLOSOV, 2014, 2016; SCHATTSCHNEIDER, 1960). Ainda na questão da homogeneidade, esta pode ser considerada também a partir do grau de semelhança dos partidos entre os distritos (nacionalização horizontal) e/ou com o nível nacional (nacionalização vertical) (KASUYA; MOENIUS, 2008; MORGENSTERN *et al*, 2014<sup>2</sup>). O segundo grupo também se refere à homogeneidade, mas trata da uniformidade da mudança do apoio do partido entre uma eleição e outra<sup>3</sup> (BOCHSLER, 2010; GOLOSOV, 2014).

É importante salientar que a nacionalização eleitoral não equivale à nacionalização programática. A eleitoral trata da repartição do poder e do processo de descentralização do sistema político. Essas duas questões independem de questões programáticas, isso é, um mesmo partido pode ter múltiplas orientações ideológicas em seu interior e, mesmo assim, ser nacionalizado.

## 2. COMO MEDIR A NACIONALIZAÇÃO? PROLIFERAÇÃO DE ÍNDICES

Um dos principais tópicos dos estudos sobre nacionalização dos sistemas partidários e dos partidos políticos refere-se a como medir o conceito de nacionalização. De um lado, estudos focados na realidade dos Estados Unidos recorrem ao auxílio de estatísticas complexas. De outro, os que empregam ao auxílio de métodos estatísticos,

---

<sup>2</sup>A nacionalização estática (a mais comum) trata da semelhança do apoio entre os distritos (MORGENSTERN *et al*, 2014).

<sup>3</sup> A nacionalização dinâmica se refere ao grau de mudança do apoio dos partidos em cada distrito em uma ou mais eleições (MORGENSTERN *et al*, 2014).

notadamente os pesquisadores estadunidenses, e os que trabalham com índices, geralmente os europeus e latino-americanos<sup>4</sup>.

A questão dos índices merece um capítulo à parte: não existe um consenso, na literatura especializada, sobre qual medida é a mais adequada para medir a nacionalização (SCHAKEL; SWENDEN, 2018). Devido a isso, muito da bibliografia esforça-se em aperfeiçoar os índices existentes ou em desenvolver novas medidas em oposição às já existentes. Neste ponto, Golosov (2016) argumenta que os índices podem ser construídos de forma direta ou indireta. No primeiro caso, sua construção ocorre com base nos desempenhos eleitorais dos partidos nas unidades territoriais. No segundo caso, recorre-se a outras medidas como o Número Efetivo de Partidos (NEP)<sup>5</sup>.

Esse cenário contribuiu para a proliferação de índices que, como Bochsler (2010) bem resumiu, podem ser distinguidos em quatro grupos: 1) variância: trata do compartilhamento de votos por toda a extensão territorial<sup>6</sup>; 2) frequência: refere-se à quantidade de subunidades em que cada partido concorre<sup>7</sup>; 3) inflação<sup>8</sup>: índices baseados no NEP buscam verificar a diferença ou congruência entre o nível nacional e local<sup>9</sup>; 4) índices baseados no Gini: medem a heterogeneidade da distribuição territorial do voto.

---

<sup>4</sup> A própria criação de índices envolve uma questão geográfica, pois a grande maioria dos principais índices foi formulada para explicar as realidades dos Estados Unidos ou da Europa.

<sup>5</sup> Gibson e Suárez-Cao (2010) recorrem ao NEP, criado por Laakso e Taagera (1979), para medir a nacionalização dos sistemas partidários através dos níveis de congruência entre os âmbitos nacionais e locais.

<sup>6</sup> Rose e Urwin (1975) foram os primeiros a formular um índice de nacionalização. Basicamente, a medida dos autores trabalha com a proporção de votos dos partidos e da quantidade de eleitores. Para maiores informações sobre como calcular o índice, consultar Došek (2015).

<sup>7</sup> Os índices de cobertura territorial (*territorial coverage*) se referem ao processo de construção de partidos nacionais, ou seja, ao fato de quão nacionais os partidos políticos ambicionam ser ou se concentram sua atuação em algumas localidades (CARAMANI, 2004; LAGO; MONTERO, 2010, 2014; RUIZ; OTERO, 2014).

<sup>8</sup> Os índices de inflação apresentam como vantagem a baixa quantidade de dados necessários para seu cálculo, sendo relativamente simples em sua operacionalização. No entanto, os mesmos são pouco intuitivos e, por não estabelecerem um teto, podem levar a erros de interpretação. Outros problemas apresentados por essas medidas são: não permite a visualização dos partidos participantes e de seu impacto na variação do NEP e pode levar a uma falácia ecológica (DOŠEK, 2015).

<sup>9</sup> Um dos índices mais utilizados para medir a inflação foi desenvolvido inicialmente por Moenius e Kasuya (2004) e revisto, posteriormente, por Kasuya e Moenius (2008). De modo resumido, os autores argumentam que a nacionalização é melhor compreendida a partir da combinação de medidas de inflação (as quais tratam da diferença de variação da competição no nível nacional e local) e de dispersão (que abordam a influência da variação nos distritos sobre o nível nacional). Contudo, o índice dos autores apresenta alguns problemas, como a não existência de um limite máximo e a grande dificuldade para realizar o cálculo (DOŠEK, 2015; GOLOSOV, 2016).

Para realizar a comparação utilizei o índice formulado por Bochsler (2010). A medida do autor é muito utilizada em estudos sobre a América Latina e em estudos comparados. Trata-se de uma adaptação — e refinamento — do índice formulado por Jones e Mainwaring (2003).

Os índices dos autores se baseiam no indicador de Gini — muito utilizado em estudos sobre desigualdade — para medir a distribuição territorial do voto. Bochsler (2010)<sup>10</sup>, no entanto, argumenta que o índice de Jones e Mainwaring (2003) apresenta alguns problemas, como distorção da nacionalização entre distritos pequenos e grandes (com os menores sendo sobrerrepresentados) e a falta de ponderação sobre o tamanho populacional — e número — dos distritos.

De modo a identificar melhor os diferentes graus de nacionalização, adotei os seguintes critérios de classificação: 1) alta nacionalização: índices iguais ou superiores a 0,71; 2) média nacionalização: índices entre 0,41 e 0,70; e 3) baixa nacionalização: índices iguais ou inferiores a 0,40.

Dito isso, cabe a pergunta: quais dados são utilizados para medir a nacionalização? Os índices usualmente são construídos a partir de dados eleitorais, os quais podem se referir a dados nacionais, estaduais (ou provinciais), municipais etc. Além disso, os dados eleitorais apresentam grande versatilidade e podem ser utilizados para medir um grande número de características dos sistemas partidários (MUSTILLO; MUSTILLO, 2012).

Outra questão central dos dados diz respeito ao nível de desagregação dos dados eleitorais. Normalmente, os estudos sobre nacionalização trabalham com dados desagregados no nível municipal ou estadual. Em estudos comparativos, a falta de acesso a alguma fonte de informação não é incomum, e por isso é fundamental salientar a necessidade de se compararem informações de uma mesma unidade territorial.

Neste artigo trabalhei com dados referentes às eleições estaduais ou provinciais para a câmara baixa nacional no período que compreende de 1982 até 2019. No total, foram examinadas 31 eleições:

---

<sup>10</sup> Para maiores informações sobre como calcular o índice: consultar Bochsler (2010).

**Quadro 1 – Eleições analisadas**

País	Eleições analisadas
Brasil	1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018
Chile	1989, 1993, 1997, 2001, 2005, 2009, 2013, 2017
Paraguai <sup>11</sup>	1998, 2003, 2008, 2013, 2018
Uruguai	1984, 1989, 1994, 1999, 2004, 2009, 2014, 2019

Fonte: Elaboração do autor.

Antes de realizar a análise dos países estudados é preciso fazer algumas considerações. Os dados sobre a nacionalização do sistema partidário chileno se encontram agregados a partir dos pactos e não através dos partidos. Isso se deve à forma de agregação dos dados no site do tribunal eleitoral do país, que os agrega, no caso das eleições estaduais, em pactos e não em partidos políticos.

### **3. NACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS: ESTABILIDADE E DESNACIONALIZAÇÃO**

Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai retornaram às atividades democráticas nas décadas de 1980 ou 1990, após o fim de seus regimes autoritários. As transições democráticas tiveram durações e desenvolvimentos distintos, bem como impactaram diferentemente as primeiras eleições democráticas.

Nas transições, os militares conseguiram exercer alguma influência sobre os processos democráticos. No Brasil, as eleições presidenciais de 1985 ocorreram de modo indireto— através de um Colégio Eleitoral —, e somente em 1989 as eleições presidenciais ocorreram de modo direto<sup>12</sup>. No Chile e no Uruguai, as forças armadas vetaram candidaturas<sup>13</sup> e, no caso chileno, também outorgaram uma nova constituição, que manteve privilégios e prerrogativas aos militares. A transição no Paraguai ocorreu a partir de um golpe de Estado, liderada por setores dissidentes, que depôs o general Stroessner.

Os sistemas partidários dos quatro países também apresentam variações em relações às suas trajetórias. O Chile e o Uruguai são tidos por grande parte da bibliografia especializada como dotados de grande estabilidade, com partidos estruturados, longevos, partidos programáticos, entre outras características. O Paraguai é considerado, em que pese

<sup>11</sup> O Paraguai realizou eleições gerais em 1993, mas os dados dessas eleições não se encontram disponíveis para consulta no site do Tribunal Eleitoral do país.

<sup>12</sup> Em 1979, o governo militar reformou o sistema partidário com a extinção do bipartidarismo vigente desde 1965 e o retorno do multipartidarismo (SCHMITT, 2000).

<sup>13</sup> O pacto entre as forças armadas e a elite política uruguaia envolveu o veto à participação de uma série de lideranças de todos os partidos políticos.

a hegemonia do Partido Colorado<sup>14</sup>, um dos países mais instáveis da região (MOLINAS *et al.*, 2011). Por último, o sistema partidário brasileiro tem sido alvo de um intenso debate. De um lado, argumenta-se que o sistema se consolidou a partir da década de 1990 e que as críticas a ele são exageradas. De outro, fala-se que o sistema apresenta graves problemas como à elevada fragmentação partidária, poucos partidos programáticos, grande volatilidade eleitoral etc.

### 3.1. BRASIL: ESTABILIDADE DA NACIONALIZAÇÃO APESAR DA ALTA FRAGMENTAÇÃO

O Brasil tem tradição de sistemas partidários, mas não de partidos políticos. Cada novo sistema partidário nacional é acompanhado por uma nova gama de partidos políticos, os quais, com raras exceções, adotam novas etiquetas para se diferenciar dos partidos do período anterior.

O sistema partidário brasileiro — e suas características — é um dos principais temas de estudo da ciência política brasileira desde a redemocratização da década de 1980. Boa parte dos estudos tem como objetivo compreender quais são os motivos para a debilidade e instabilidade do sistema político brasileiro (CARREIRÃO, 2014). Outra corrente argumenta que o sistema se encontra, mesmo com alguns percalços, consolidado (BRAGA, 2006; BRAGA *et al.*, 2016; TAROUCO, 2010).

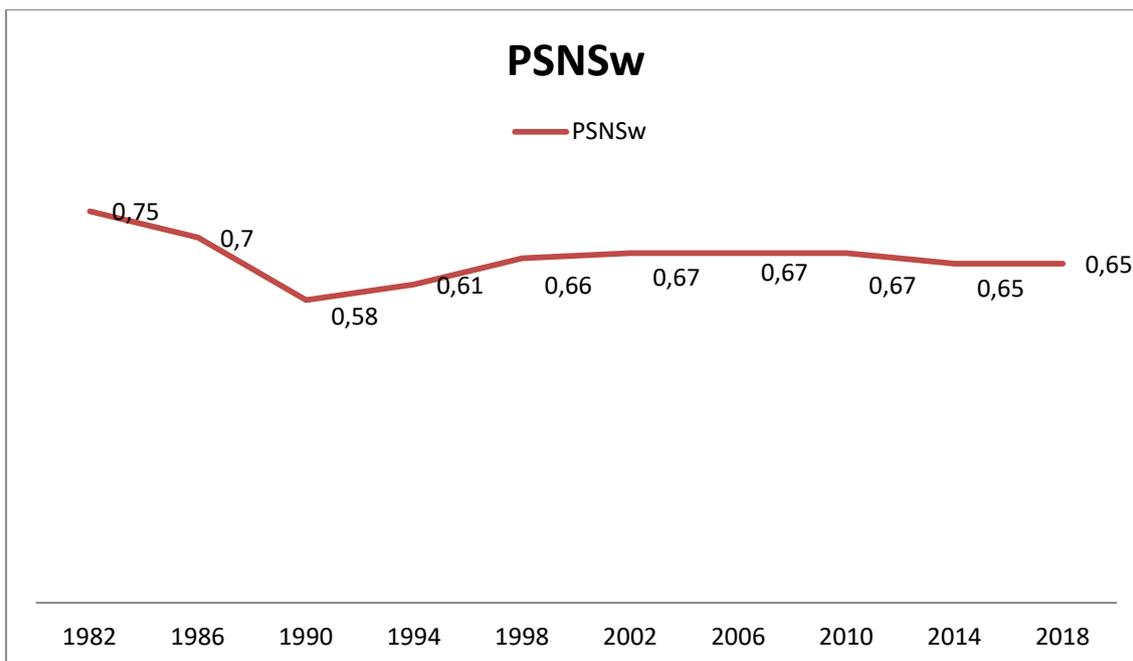
As fragilidades expostas pela literatura especializada argumentam que o sistema é dotado de grande fragmentação, gerada pelo excesso de competidores e de partidos relevantes (CARREIRÃO, 2014), pouco institucionalizados (MAINWARING; SCULLY, 1995), partidos fracos e com pouca legitimidade perante o eleitorado (MAINWARING; SCULLY, *idem*), entre outros fatores.

No entanto, outros autores (BRAGA *et al.*, 2016; PAIVA *et al.*, 2008; TAROUCO, 2010) argumentam que o sistema partidário brasileiro, após o período de reordenamento das elites políticas, se consolidou, principalmente por causa da longevidade dos principais partidos, os quais estruturam a competição (BRAGA *et al.*, 2016; RIBEIRO, 2013).

---

<sup>14</sup> O Partido Colorado (ANR) é a força hegemônica do país, ganhando cinco das seis eleições presidenciais pós- ditadura. A única eleição que o partido perdeu foi a de 2008, para Fernando Lugo, da *Alianza Patriótica para el Cambio*, o qual foi deposto em 2012.

**Gráfico 1 – Nacionalização do sistema partidário brasileiro (1982-2018)**



**Fonte:** Elaboração do autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2019).

No Gráfico 1 se observa que a alta nacionalização de 1982 ocorreu de modo “artificial”, pois somente cinco partidos concorreram nas eleições e, devido às regras eleitorais vigentes<sup>15</sup>, houve grande concentração em dois partidos — Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB<sup>16</sup>) e Partido Democrático Social (PDS<sup>17</sup>) que herdaram o legado das agremiações do período ditatorial. Em 1986, ocorre a passagem para níveis médios, porém muito próximos da alta nacionalização, por causa da expansão da franquia eleitoral causada pelo fim de barreiras a determinados partidos — comunistas, socialistas — e pela legislação eleitoral que facilitava a formação de partidos e possibilitava que legendas em formação concorressem nas eleições.

Os efeitos do crescimento do número de partidos — e da curta duração de muitos — foram sentidos de forma mais acentuada nas eleições de 1990. A queda no índice de nacionalização foi principalmente motivada por um realinhamento do sistema partidário em que novos atores, gerados por cisões dos partidos existentes ou criados por forças políticas exteriores ao congresso, adentraram o processo político. A criação de uma série de novos partidos, somada ao desgaste do então PMDB e dos partidos herdeiros da Arena

<sup>15</sup> As eleições de 1982 contaram com voto vinculado, isto é, o eleitor era obrigado a votar no mesmo partido em todos os níveis, sob pena de ter seu voto anulado.

<sup>16</sup> O PMDB voltou a se chamar MDB em 2018.

<sup>17</sup> Atual Progressistas (PP), conforme nota 19. Registre-se que, nos últimos anos, parte dos partidos políticos brasileiros optou por alterar seus nomes como forma de minimizar o desgaste sobre as legendas e/ou como uma forma de se recolocar no mercado eleitoral brasileiro.

(PFL<sup>18</sup> e PDS<sup>19</sup>), gerou um forte declínio da nacionalização e um grande crescimento da fragmentação partidária.

Desde as eleições de 1994, a nacionalização tem apresentado poucas oscilações. Isso se deve à estabilização do sistema partidário e do número de competidores — que girou em torno de 30 até 2018 — bem como à consolidação de uma série de partidos e mudanças na legislação partidária que coibiram a formação de partidos-relâmpago (BRAGA *et al*, 2016; TAROUCO, 2010).

Em que pese a crise política que perdura desde 2013, o sistema não apresentou uma grande desnacionalização, mantendo-se relativamente nos mesmos índices desde 1998. O que explica essa estabilidade?

A estabilidade vem primeiro pela mudança da legislação em 1995, que proibiu a participação de partidos em formação nas eleições, o que diminuiu a quantidade de partidos que concorrem em apenas algumas poucas subunidades territoriais. Além disso, também houve a consolidação de uma série de partidos, acompanhada pelo crescimento de legendas com alta e média nacionalização e diminuição das agremiações com baixos índices. Isto é, o desempenho eleitoral das legendas foi se tornando cada vez mais nacional, o que manteve o sistema em níveis médio-altos. Por fim, mesmo com o declínio de partidos tradicionais como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ocorre estabilidade, pois a nacionalização não mede os resultados eleitorais, mas sim a distribuição do seu apoio eleitoral.

---

<sup>18</sup> O Partido da Frente Liberal (PFL) foi fundado em 1985, fruto de uma dissidência do antigo Partido Democrático Social (PDS) por ocasião de conflitos entre seus membros acerca da escolha do candidato do partido no Colégio Eleitoral de 1985, em que uma parte apoiava o vice-presidente Aureliano Chaves, e outra, o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Com a vitória de Maluf, o grupo derrotado decidiu fundar uma nova legenda. Em 2007, como tentativa de revitalização, a agremiação alterou seu nome para Democratas (DEM) (MAYER, 2018; MOTTA, 2008; SCHMITT, 2000).

<sup>19</sup> Em 1993, o PDS fundiu-se com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). Dois anos depois o PPR se fundiu com o PP (Partido Progressista) originando o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em 2003, logo após o governo FHC, a cúpula partidária decidiu por alterar o nome para Partido Progressista (PP) e, em 2018, alterou novamente sua nomenclatura, agora para Progressistas (PP) (MAYER, 2018; MOTTA, 2008; SCHMITT, 2000).

**Quadro 2 – Nacionalização dos partidos políticos brasileiros (1982-2018)<sup>20</sup>**

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
<b>MDB</b>	0,84	0,85	0,75	0,75	0,66	0,71	0,63	0,68	0,68	0,65
<b>PP</b>	0,8	0,58	0,56	0,58	0,73	0,7	0,71	0,74	0,69	0,71
<b>PDT</b>	0,2	0,5	0,45	0,56	0,63	0,67	0,72	0,71	0,65	0,59
<b>PT</b>	0,43	0,64	0,72	0,74	0,74	0,8	0,83	0,82	0,79	0,76
<b>DEM</b>		0,63	0,53	0,52	0,66	0,62	0,66	0,69	0,64	0,71
<b>PSB</b>		0,43	0,29	0,3	0,46	0,54	0,62	0,58	0,64	0,72
<b>PSDB</b>			0,46	0,64	0,76	0,73	0,72	0,71	0,66	0,67

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2019).

Conforme o Quadro 2, os principais partidos políticos brasileiros apresentam trajetórias distintas na questão da nacionalização. O MDB apresenta um processo contínuo de desnacionalização<sup>21</sup> motivado pela ascensão de outras forças, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o PSDB. No campo da esquerda, o PT<sup>22</sup> se apresenta como a principal força e como o partido dotado de maior nacionalização do país desde 1998. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) apresentam tendências contrárias. Os socialistas demonstram uma tendência de nacionalização, após concentrarem sua atuação no nordeste brasileiro. Já os trabalhistas enfrentam oscilações na nacionalização, fruto de seu pragmatismo e da falta de maior coesão interna.

O campo conservador e o de centro-direita também apresentam nuances. Entre os conservadores, o Progressistas (PP) e o Democratas (DEM) apresentam grandes oscilações após cisões e têm demonstrado evoluções no quesito nacionalização. O DEM merece um trecho à parte: de sua fundação até 2002, o partido sempre foi uma espécie de partido no “governo”; no entanto, o crescimento de sua nacionalização somente ocorreu quando o mesmo foi para a oposição (diferentemente do PT, que teve o auge da nacionalização enquanto governo e, após sua saída, manteve-se relativamente estável). Por último, o PSDB se nacionalizou quando ganhou a presidência do país em 1994 e manteve-se estável desde então<sup>23</sup>.

Por último, é importante salientar que, apesar de o sistema ter passado por uma desnacionalização, os partidos se encontram mais nacionalizados. Como isso é possível?

<sup>20</sup> Os partidos que mudaram de nome estão aqui referidos pelas suas siglas atuais.

<sup>21</sup> O MDB é composto por um grande número de lideranças locais sem um centro partidário forte. Apesar dessa conformação, a legenda, após a década de 1980, não apresenta grandes variações no que tange à nacionalização (KINZO, 1993; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986).

<sup>22</sup> O PT, por causa de sua grande presença social e do modo como se deu sua formação, é tido como exceção no quadro partidário brasileiro (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989).

<sup>23</sup> A ocupação do governo promove maior visibilidade aos partidos, bem como facilita a atração de quadros com capital político.

Entre 1982 e 1990, os partidos nacionalizados (MDB, PDS/PP, PT) conviviam com partidos extremamente regionalizados (PSC, PSL<sup>24</sup>, por exemplo), os quais eram, em sua maioria, de curta duração. A nacionalização do sistema, nesse período, portanto, foi influenciada pelo desempenho dos maiores partidos e pela inexpressiva “contribuição” de grande parte das agremiações. A partir da década de 1990, houve a consolidação de uma série de partidos políticos, bem como a diminuição de incentivos para a formação de partidos de curta duração. Isso fez com que a nacionalização dos partidos aumentasse e, mesmo que alguns ainda se mantenham regionalizados, são poucos os que apresentam índices menores que 0,4.

### 3.2. CHILE: ALTA NACIONALIZAÇÃO E RECENTE QUEDA DOS ÍNDICES

O Chile, junto com a Costa Rica e o Uruguai, é considerado uma das democracias mais estáveis da América Latina. Essa percepção vem desde antes do atual sistema e diz que o sistema político anterior ao regime ditatorial (1973-1990) se assemelhava às democracias europeias devido a sua estruturação em torno de clivagens políticas e sociais (DE RIZ, 1986; DI TELLA, 1998).

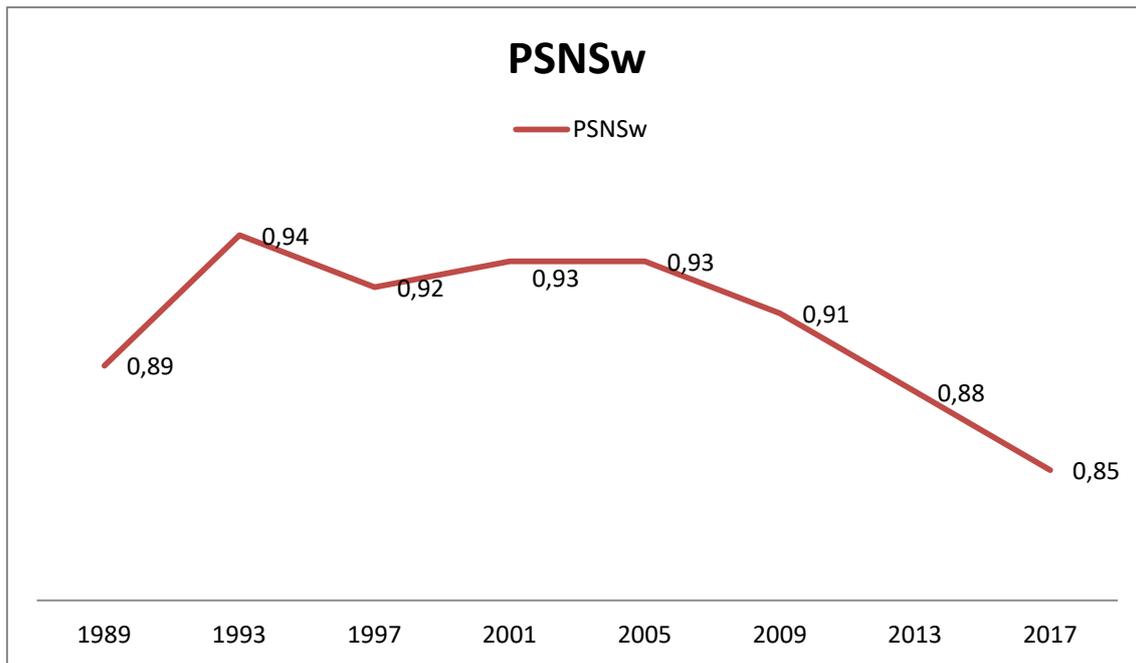
O retorno à democracia em 1989 também trouxe a estabilidade. Essa, no entanto, veio com uma particularidade: a construção de dois grandes blocos partidários (*Alianza*, formada por partidos de direita e apoiadores da ditadura de Pinochet, e a *Concertación*, ampla coalizão de partidos de centro e de esquerda) (GAMBOA *et al*, 2013; SCULLY, 1996).

A formação de dois grandes blocos foi incentivada pelas regras eleitorais impostas pelo regime ditatorial no período de transição. Segundo Siavelis (1997), a adoção de um sistema binominal teve como principal objetivo garantir a representação e o poder de veto para a direita. Como efeito, a adoção desse sistema acabou por não produzir um sistema bipartidário, mas uma competição bipolar (SIAVELIS, *idem*).

---

<sup>24</sup> O atual PSL (Partido Social Liberal) adquiriu registro definitivo em 1998. No entanto, em 1990, outra legenda competiu com a mesma sigla. O Partido do Solidarismo Libertador competiu naquelas eleições com registro provisório e, em 1992, teve seu pedido de oficialização indeferido. Apesar de compartilharem a sigla PSL, as agremiações não possuem relação entre si.

**Gráfico 2 – Nacionalização do sistema partidário chileno (1989-2017)**



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do *Servicio Electoral de Chile* (SERVEL, 2019).

De acordo com o Gráfico 2, até o começo da década de 2010, o Chile apresentava uma das maiores nacionalizações do planeta (HARBERS, 2010). Contudo, nas duas últimas eleições o sistema partidário do país tem atravessado um processo de desnacionalização. Como explicar isso?

Em primeiro lugar, a nacionalização é influenciada pela união dos maiores partidos do país em dois grandes blocos, os chamados pactos<sup>25</sup>. Estes moldaram o comportamento e as estratégias dos partidos chilenos e levaram a uma competição bipolar, centrada nas suas existências. Os pactos atuam como uma espécie de “guarda-chuva” aglutinando os resultados dos partidos políticos individuais, o que pode levar à artificialidade da alta nacionalização.

A desnacionalização ocorreu na esteira do desgaste dos pactos na década de 2010, sobretudo da *Concertación*. Em 2017, a coalizão sofreu um racha, com a Democracia Cristã decidindo não fazer parte da aliança e lançar candidatura própria com a justificativa de buscar uma identidade própria. Outro fator que impactou a nacionalização foi a expansão da franquia eleitoral, que, aliada ao desgaste dos pactos, abriu espaço para a emergência de novas forças, sobretudo locais (DOŠEK, 2014a). Esse processo ocorreu com maior força

<sup>25</sup> Os pactos tratam de acordos eleitorais e parlamentares entre os partidos políticos chilenos. Seu principal objetivo é garantir a governabilidade de um possível futuro governo (GARRETÓN, 1992).

na virada da década de 2010 e se manteve desde então. Mesmo baixa, é importante verificar nas próximas eleições se a desnacionalização é uma tendência ou se é apenas conjuntural.

Ainda na questão da desnacionalização, seu avanço em 2017 também ocorreu por alterações na legislação eleitoral. Até as eleições de 2013, vigorava no país o sistema binominal<sup>26</sup>, porém nas eleições seguintes (2017) passou a vigorar a representação proporcional, de modo a aumentar a representação de grupos minoritários no congresso nacional e enfraquecer a importância dos pactos.

Mesmo com a desnacionalização das últimas eleições, o país apresentou — e apresenta — índices elevados de nacionalização. Isso ocorre pela redução da política chilena a dois grupos antagônicos (os partidos de direita, herdeiros das políticas da ditadura, e a oposição, representada pela esquerda e por partidos centristas) e pela ausência de grandes desafiadores.

Os dois principais pactos políticos do país são altamente nacionalizados. Mesmo com a cisão, em 2017, a *Concertación* apresentou alta territorialização, influenciada pelo desempenho dos componentes da aliança.

### Quadro 3 – Nacionalização dos partidos políticos chilenos (1989-2017)

	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013	2017
<i>Alianza</i>	0,92	0,94	0,92	0,95	0,96	0,95	0,94	0,95
<i>Concertación</i> <sup>27</sup>	0,95	0,96	0,96	0,96	0,96	0,94	0,92	0,93

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do *Servicio Electoral de Chile* (SERVEL, 2019).

Conforme o Quadro 3, nem todos os partidos fazem parte dos dois pactos tradicionais. Ao longo do tempo a quantidade de partidos e/ou pactos que concorreram nas eleições parlamentares oscilou entre cinco (em 1993, 2005 e 2009) e dez, nas últimas eleições. A nacionalização desses partidos também apresentou variações, com parte deles tendo altos índices, outros indicadores médios e alguns — sobretudo as candidaturas independentes — baixa nacionalização.

Essas oscilações auxiliam na compreensão da desnacionalização recente. As duas últimas eleições apresentam a tendência de diminuição do PNSw e, como citado acima, isso

<sup>26</sup> O sistema binominal foi estabelecido — para deputados e senadores — sob a justificativa oficial de garantir maior estabilidade ao sistema político chileno. Contudo, a bibliografia especializada argumenta que sua adoção se deu com objetivo de garantir representatividade parlamentar aos apoiadores do regime de Pinochet (ALCÁNTARA, 2013; CABEZAS; NAVIA, 2005).

<sup>27</sup> Em 2013 a *Concertación* ampliou seu número de concorrentes com a adição de outros partidos opositoristas ao, até então, presidente Piñera. O novo pacto ganhou a alcunha de Nueva Mayoría.

decorre do crescimento do número de concorrentes, os quais apresentam variados graus de nacionalização e territorialização. A alteração nas regras eleitorais também incentiva a proliferação de agremiações, pois o acesso ao parlamento é facilitado com a representação proporcional.

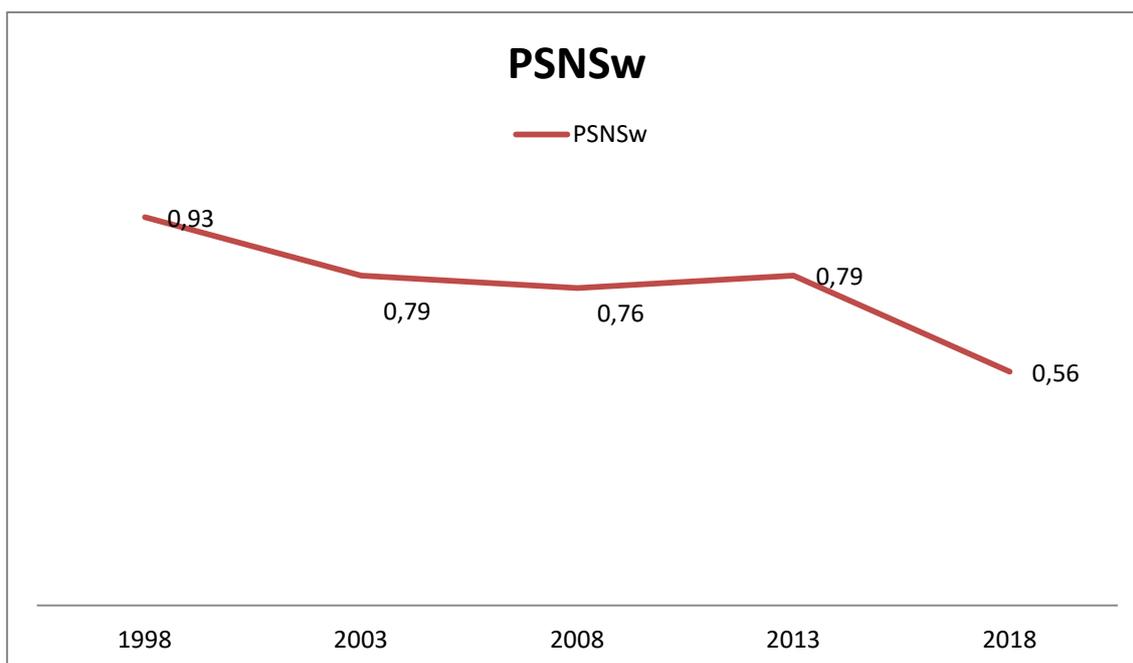
Portanto, a queda da nacionalização do sistema partidário chileno é resultado da expansão da quantidade de pactos e/ou agrupamentos políticos. Os novos competidores se apresentam com variados graus de nacionalização, com legendas dotadas de altos índices, bem como algumas forças por enquanto regionalizadas.

### **3.3. PARAGUAI: GRANDE DESNACIONALIZAÇÃO APÓS ESTABILIDADE**

O Paraguai, em 1989, foi o último país do Cone Sul a iniciar sua transição democrática e é um dos menos estudados pela literatura especializada da América Latina (CERNA; SOLÍS, 2017). A transição foi turbulenta, com forte pressão das Forças Armadas, e o país ainda apresentou posteriormente grandes níveis de instabilidade política (FRETES, 2012).

Historicamente, o Paraguai possui um sistema partidário que varia entre bipartidarismo e pluralismo moderado, com domínio de duas forças políticas: a *Asociación Nacional Republicana* - ANR (Partido Colorado) e o *Partido Liberal Radical Auténtico* - PLRA (MARTÍNEZ, 2013). Outras características centrais do sistema são a forte presença das oligarquias agrárias nos assuntos políticos, a força do conservadorismo e, nos últimos anos, o crescimento de forças evangélicas, as quais ainda não se encontram estruturadas em um partido (CERNA; SOLÍS, 2017). No entanto, nos últimos anos, o sistema tem apresentado crescimento da fragmentação, muito por causa de cisões e divisões no campo conservador, além da emergência de novos partidos.

Gráfico 3 – Nacionalização do sistema partidário paraguaio (1998-2018)



Fonte: Elaboração do autor com base em dados do *Tribunal de Justicia Electoral* (TJSE, 2019).

De acordo com o Gráfico 3, o Paraguai é o maior caso de desnacionalização entre os quatro países analisados. Seu sistema partidário foi de quase totalmente nacionalizado em 1998 para níveis médios em 2018. Como explicar essa variação?

Primeiro, a alta nacionalização de 1998 é causada pela hegemonia da ANR. O partido governou o Paraguai por mais de 50 anos e desde a redemocratização tem apresentado níveis muito altos de nacionalização (acima de 0,9). Segundo, as eleições contaram com somente sete partidos, sendo que o PLRA<sup>28</sup> também apresenta níveis elevados de nacionalização, e outros dois partidos (*Partido Revolucionario Febrerista* - PRF e *Partido Demócrata Cristiano* - PDC) apresentam níveis médios.

O baixo número de competidores, aliado à alta — quase total — nacionalização de seus dois principais partidos, elevou o índice para 0,93, o que indica um sistema totalmente nacionalizado. A diminuição do índice nas eleições subsequentes decorre da expansão da franquia eleitoral (de sete para mais de 30 partidos, muitos dos quais com baixíssima nacionalização).

<sup>28</sup> O *Partido Radical Liberal Auténtico* (PLRA) é o maior partido de oposição no Paraguai. Ele foi fundado, na ilegalidade, em 1978 e descende do antigo Partido Liberal.

As eleições de 2008 marcam a primeira vez em mais de 50 anos em que o Partido Colorado (ANR) se vê longe da Presidência<sup>29</sup>. As eleições daquele ano também apresentaram, até aquele momento, os menores índices de nacionalização do país (0,76); porém ainda assim o sistema encontrava-se em patamares de alta nacionalização, muito por causa da grande quantidade de partidos com média e alta nacionalização. As eleições seguintes (2013) mantiveram a tendência de alta nacionalização, mas as eleições de 2018 apresentaram forte desnacionalização.

Após quase 20 anos apresentando alta nacionalização, o sistema partidário paraguaio enfrentou um forte processo de desnacionalização. Quais fatores contribuíram para isso? Esse processo foi incentivado pela extensão da franquia partidária<sup>30</sup> e também pela debilidade da maioria dos partidos existentes. No primeiro caso, nos últimos anos houve a expansão do número de partidos políticos no país, indo de seis em 1998 para 41 em 2018, a maioria dos quais sem uma base sólida (CERNA; SOLÍS, 2017).

O crescimento do número de partidos também ocorreu pela divisão das forças conservadoras, sobretudo cisões da ANR. O campo da esquerda também se dividiu em diversos pequenos partidos. Em comum, ambas as cisões produziram partidos regionalizados e com parca nacionalização. Além disso, o país atravessou uma forte crise política<sup>31</sup> no começo de 2017 motivada pela tentativa do então presidente Horacio Cartes de alterar a Constituição paraguaia para concorrer à reeleição.

Como efeito, a proliferação de partidos com pouca ou muito baixa nacionalização influencia o sistema partidário, que apresenta um decréscimo de mais de 0,2 de uma eleição (2013) para outra (2018), o que levou o sistema a níveis médios de nacionalização. As próximas eleições serão importantes para verificar se o sistema paraguaio mantém a tendência de um ator dominante (ANR), com alguns atores médios (PLRA) e uma série de pequenos partidos com baixa nacionalização ou se as novas legendas se terão consolidado e farão com que o sistema retorne a níveis altos de nacionalização.

---

<sup>29</sup> Em 2008, Fernando Lugo foi eleito presidente do Paraguai. A vitória de Lugo foi a primeira de um partido que não fosse a ANR/Partido Colorado desde a redemocratização.

<sup>30</sup> Nas últimas eleições, houve o crescimento da importância de setores evangélicos no pleito. No entanto, estes setores não se encontram organizados em um único partido político.

<sup>31</sup> Em março de 2017, Cartes enviou ao Congresso Nacional paraguaio um projeto de emenda constitucional acerca da reeleição presidencial. Inicialmente aprovada no Senado, a emenda gerou massivos protestos populares (com forte repressão policial), tendo sido retirada no começo de abril.

**Quadro 4: Nacionalização dos partidos políticos paraguaios (1998-2018)**

Partido	1998	2003	2008	2013	2018
ANR	0,94	0,90	0,85	0,93	0,88
PLRA	0,95	0,81	0,78	0,82	0,50
UNACE		0,80	0,88	0,78	0,75

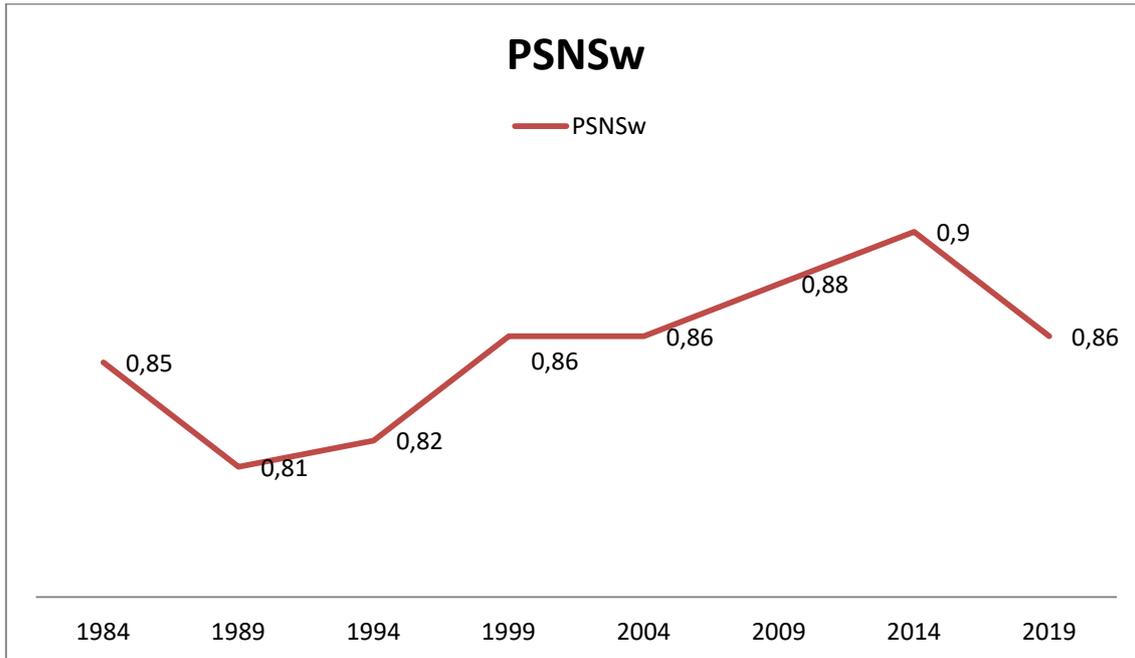
Fonte: Elaboração do autor com base em dados do *Tribunal de Justicia Electoral* (TJSE, 2019).

Conforme o Quadro 4, o Paraguai conta com três partidos nacionalizados: a ANR, o PLRA e a Unace. O primeiro é praticamente hegemônico no país, tendo conquistado cinco das seis eleições presidenciais desde a redemocratização, ocorrida na década de 1990, além de possuir amplo domínio nas eleições provinciais e locais. Historicamente, o PLRA consiste na principal força opositora aos colorados. Desde a redemocratização, a agremiação tem forjado alianças com setores da esquerda, porém nas últimas eleições a coalizão foi rompida, o que explica o grande declínio de sua nacionalização. Em relação às esquerdas, segundo Cerna e Solís (2017), essas apresentam grande fragilidade no país e possuem dificuldades de consolidação. Por último, a Unace resulta de uma cisão da ANR liderada pelo general Lino Oviedo, e a alta nacionalização do partido decorre de sua identificação com setores conservadores.

**3.4. URUGUAI: ELEVADA E ESTÁVEL NACIONALIZAÇÃO**

O Uruguai é um dos sistemas partidários mais estáveis da América Latina e do planeta. A origem de seu sistema data desde a independência do país no século XIX, com a oposição entre colorados e brancos (Partido Nacional), a que permaneceu durante boa parte do século XX. A hegemonia dos partidos tradicionais somente foi desafiada no começo da década de 1970 com o aparecimento da *Frente Amplio* (aliança de setores da até então incipiente esquerda). O avanço da coligação de esquerda foi freado com o golpe militar de 1973, porém, quando do retorno à democracia (em 1985), os frente-amplistas se posicionaram como um ator relevante do processo político uruguaio, alterando a dinâmica do sistema partidário, com a quebra do bipartidarismo tradicional do país e a inauguração de um sistema multipartidário (CHASQUETTI; BUQUET, 2004; LANZARO, 2010; YAFFÉ, 2004, 2013).

**Gráfico 4: Nacionalização do sistema partidário uruguaio (1984-2019)**



**Fonte:** Elaboração do autor com base em dados da *Corte Electoral* (Corte Electoral, 2019).

Conforme o Gráfico 4, a nacionalização do sistema partidário uruguaio é elevada e apresenta grande estabilidade ao longo do tempo (DOŠEK, 2014b). Desde 1984, o país tem apresentado uma das maiores nacionalizações da América Latina e do planeta. A alta nacionalização é acompanhada pelo baixo número de partidos relevantes (três) e pela dinâmica bipolar da competição eleitoral, o que inibe a consolidação de outras forças<sup>32</sup>.

As maiores variações foram encontradas nas primeiras eleições do país durante e após o processo de redemocratização. Isso decorre da consolidação da *Frente Amplio* como força relevante do sistema partidário e de sua adaptação a um sistema multipartidário em oposição ao bipartidarismo tradicional.

Em 1996 o país realizou reformas constitucionais e alterou algumas bases de seu sistema eleitoral. Entre inúmeras mudanças da reforma, a eleição presidencial passou a ser disputada em dois turnos quando nenhum dos candidatos atinge o 50% mais um dos votos. Quando não houvesse maioria, era permitido aos partidos lançarem apenas um candidato à presidência— escolhido a partir de prévias simultâneas entre os partidos. As legendas poderiam apresentar múltiplas listas nas eleições parlamentares, porém o desempenho delas não era mais somado entre todas<sup>33</sup> (CASON, 2000; CHASQUETTI; BUQUET, 2004; LANZARO, 2010).

<sup>32</sup> O Partido do *Cabildo Abierto* surgiu em 2019 e defende ideais de extrema direita.

<sup>33</sup> O sistema de lemas (ou duplo voto-simultâneo) trata de uma fórmula eleitoral em que cada partido apresenta múltiplas listas, e o resultado final é a soma de todas elas. Normalmente, esse sistema é

O impacto da reforma foi sentido levemente no sistema, com o índice de nacionalização oscilando de 0,82 em 1994 para 0,86 nas eleições de 1999 e demonstrando uma tendência de alta nas eleições seguintes. A estabilização da nacionalização em um patamar alto vem da quantidade reduzida de partidos relevantes e da estabilização da competição em dois blocos bem delimitados: a *Frente Amplio*, de um lado, e os partidos tradicionais, de outro.

As décadas de 2000 e 2010 apresentam as maiores nacionalizações do país. Seu aumento é consequência da reforma constitucional e do domínio das três principais forças partidárias do país. Todavia, as eleições de 2019 apresentaram o surgimento de um possível novo ator, o Partido do *Cabildo Abierto* (CA) de extrema direita.

#### Quadro 5: nacionalização dos partidos políticos uruguaios (1984-2014)

	1984	1989	1994	1999	2004	2009	2014	2019
PC	0,92	0,89	0,89	0,93	0,84	0,89	0,86	0,84
PN	0,87	0,83	0,81	0,75	0,84	0,86	0,89	0,89
FA		0,68	0,76	0,84	0,88	0,9	0,92	0,88
CA								0,81

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da *Corte Electoral* (2019).

De acordo com o Quadro 5, a sedimentação da competição em dois blocos antagônicos — partidos tradicionais contra a *Frente Amplio* (FA) — influenciou a nacionalização no sentido de bloquear — ou dificultar — a emergência de novas forças políticas e fortalecer os maiores partidos.

A *Frente Amplio* surgiu como uma ampla coalizão de partidos de esquerda<sup>34</sup> em 1971, um pouco antes da instauração do último período autoritário no país. Historicamente, a esquerda uruguaia, apesar de sua grande presença nos sindicatos, era fraca eleitoralmente (LANZARO, 2010). A crise econômica e política na década de 1960 abriu espaço para o crescimento da esquerda, com a FA chegando a obter 18% dos votos em 1971 (ALCÁNTARA, 2013; LANZARO, 2010).

Com o retorno à democracia, em 1985, a FA passou por dois processos centrais. O primeiro tratou da institucionalização do partido, isso é, passou de uma coalizão (com cada membro privilegiando seus interesses próprios) para um partido político, com plataforma comum de atuação. O segundo processo se deu com a moderação programática. A legenda,

---

utilizado para eleições parlamentares, porém no Uruguai, até a reforma de 1996, também era utilizado nas eleições presidenciais.

<sup>34</sup> A *Frente Amplio* é composta por uma série de partidos em seu interior. Na literatura especializada há o debate se ela é um partido ou uma coalizão.

com objetivo de se tornar viável para uma maior quantidade de eleitores, modera seu discurso e coloca-se contrária às reformas neoliberais da década de 1990 (GARCÉ; YAFFÉ, 2006; YAFFÉ, 2004, 2013).

Em termos de nacionalização, todos os principais partidos do país demonstram grandes índices, com somente algumas oscilações pontuais. A FA apresenta seus menores índices nas duas primeiras eleições que concorreu após o retorno democrático. Nas eleições de 1989 e 1994, a agremiação ainda se encontrava em seu processo de institucionalização e, sobretudo em 1989<sup>35</sup>, se posiciona como uma alternativa viável aos partidos tradicionais. Esse processo impactou seus resultados eleitorais, pois a institucionalização moderou o discurso partidário e o tornou mais atraente para mais eleitores. A oscilação do Partido Nacional veio nas eleições seguintes à reforma eleitoral de 1996, devido à disputa de poder entre suas principais facções, uma mais próxima ao centro e outra, de cunho liberal, mais próxima à centro-direita.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os quatro sistemas partidários analisados apresentaram algumas variações entre si. Enquanto os sistemas partidários chilenos e uruguaios apresentam elevados índices de nacionalização, o brasileiro e principalmente o paraguaio apresentam índices um pouco acima da média, ou seja, são nacionalizados, mas têm partidos relevantes com média nacionalização e/ou um grande número de partidos com baixos índices.

O PSNSw revelou que os sistemas variam entre alta (Chile e Uruguai) e média nacionalização (Brasil e Paraguai), que resulta de diferentes fatores. No Brasil, a legislação obriga os partidos a se constituírem enquanto forças nacionais, no entanto não os obriga a concorrer em todas as unidades da federação. Ou seja, em teoria as agremiações são nacionais, mas na prática podem adotar estratégias regionalizadas. A nacionalização no Chile e no Uruguai decorre da dinâmica bipolar de seus sistemas partidários, mas a alteração na legislação eleitoral chilena pode mudar essa dinâmica. Por fim, a nacionalização no Paraguai é fruto da hegemonia da ANR, da nacionalização do PLRA e da Unace, além da fragilidade dos demais atores partidários.

Os sistemas partidários estudados neste trabalho apresentaram variações recentes no que tange a sua nacionalização. O Brasil apresenta grande estabilidade desde 1994 (após forte desnacionalização em 1990), com o sistema apresentando indicadores um pouco

---

<sup>35</sup> Em 1989, o partido conquista, pela primeira vez, a prefeitura de Montevidéu.

acima da média. O índice na casa de 0,6 também indica que um sistema partidário pode ser nacionalizado mesmo com enorme fragmentação. O Chile tem uma das maiores nacionalizações do planeta, fruto da dinâmica partidária centrada nas alianças e em um sistema eleitoral — sistema binominal — que incentiva a cooperação entre as legendas. Contudo, as duas últimas eleições apresentaram sinais de desnacionalização. Mais que uma leve oscilação, o país apresenta tendência a uma nova dinâmica partidária, muito por causa da mudança do sistema binominal para a representação proporcional, que deve elevar a fragmentação e favorecer o surgimento de novos partidos. O Paraguai foi outro país a demonstrar forte desnacionalização nas últimas eleições, mas, diferentemente do Chile, ela não veio acompanhada de mudanças na legislação eleitoral. Entretanto, do mesmo modo que o país andino, o sistema paraguaio teve a franquia eleitoral aumentada, além de forte instabilidade em seu sistema político. Por último, o Uruguai demonstrou ao longo de sua trajetória tendência de aumento da nacionalização, o que se deve à consolidação da dinâmica partidária em torno de três grandes forças.

Todos os sistemas partidários analisados atravessaram — e alguns ainda atravessam — períodos de desnacionalização. Esta pode ser uma tendência do sistema (como, possivelmente, no caso chileno): desnacionalização seguida de estabilização dos níveis — como no caso brasileiro, que teve uma forte desnacionalização no começo da década de 1990, seguida de um aumento do índice e uma leve oscilação negativa. Ou se trataria de episódios de caráter conjuntural (como no caso paraguaio). Será importante verificar, futuramente, se a adoção da representação proporcional no Chile continuará a diminuir a alta nacionalização do sistema — e em que nível ele se estabilizará — e se os casos do Paraguai e Uruguai apresentarão estabilidade ou oscilações positivas ou negativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÁNTARA, Manuel. (2013). Sistema políticos de América Latina. Volume 1: América del Sur. Madrid: Tecnos.

BOCHSLER, Daniel. (2010). Measuring Party Nationalization: A New Gini based Indicator that Corrects for the Number of Units. *Electoral Studies*, vol.29, n.1, p. 155-168.

BOCHSLER, Daniel. (2017). The strategic effect of the plurality vote at the district level. *Electoral Studies*, vol.47, p. 94-112.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. (2006). O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política, 1982-2002. São Paulo: Editora Humanitas.

BRAGA, Maria do Socorro; RIBEIRO, Pedro Floriano; AMARAL, Oswaldo. (2016). El sistema de partidos en Brasil: estabilidad y institucionalización (1982-2014). In:

- FREIDENBERG, Flávia (org). Los sistemas de partidos en América Latina (1978-2015): Tomo 2 – Cono Sur y Países Andinos. Ciudad de México: Instituto Nacional Electoral.
- CABEZAS, José Miguel; NAVIA, Patricio.(2005). Efecto del sistema binominal en el número de candidatos y de partidos en elecciones legislativas en Chile, 1989-2001. *Política*, vol.45, p.29-51.
- CARAMANI, Daniele. (2004). *The Nationalisation of Politics: The Formation of National Electorates and Party Systems in Western Europe*. Cambridge:Cambridge University Press.
- CARAMANI, Daniele; KOLLMAN, Ken.(2017). Symposium on the nationalization of electoral politics: frontiers of research. *Electoral Studies*, vol 47,p.51-54.
- CARREIRÃO, Yan. 2014. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol 14,p.255-295.Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n14/0103-3352-rbcpol-14-00255.pdf>
- CARRERAS, Miguel. (2012). Los partidos importan. Democratización y evolución del sistema de partidos en América Latina. *Nueva Sociedad*, vol. 240, p.75-187.
- CASON, Jeffrey. (2000). Electoral reform and stability in Uruguay. *Journal of Democracy*, vol.11, n.2, p.85-98.
- CERNA, Sarah Patricia; SOLÍS, Juan Mario.(2017). Los resortes colorados del poder: nacionalización de los partidos y el sistema de partidos paraguayo (1998-2013). *Colombia Internacional*, vol. 91, p.157-184.
- CHASQUETTI, Daniel; BUQUET, Daniel. (2004). La democracia em Uruguay: una partidocracia de consenso. *Política*, vol.42,p.221-247.
- CHHIBBER, Pradeep; KOLLMAN, Ken. (1998). Party Aggregation and the Number of Parties in India and the United States. *American Political Science Review*, vol. 92, n.2, p.329-342.
- CHHIBBER, Pradeep; KOLLMAN, Ken (2004). *The Formation of National Party Systems: Federalism and Party Competition in Canada, Great Britain, India and the United States*. Princeton: Princeton University Press.
- DE RIZ, Liliana. (1986). Política y partidos: ejercicio de analisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay. *Desarrollo Económico*, vol.25, n.100, p. 1-35.
- DI TELLA, Torcuato. (1998). *Los partidos políticos: Teoría y análisis comparativo*. Buenos Aires: A-Z Editora.
- DOŠEK, Tomáš. (2014a). Sistema de partidos multinivel en Chile (1989-2012): ¿hacia una creciente incongruencia? In: FREIDENBERG, Flávia; SUÁREZ-CAO, Julietta. *Territorio y poder: Nuevos actores y competencia política en los sistemas de partidos multinivel en América Latina*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- DOŠEK, Tomáš. (2014b). Sistema de partidos multinivel en Uruguay (1984-2010). In: FREIDENBERG, Flávia; SUÁREZ-CAO, Julietta. *Territorio y poder: Nuevos actores y competencia política en los sistemas de partidos multinivel en América Latina*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- DOŠEK, Tomáš. (2015). La nacionalización de los partidos y sistemas de partidos en América Latina: conceptos, medición y reciente desarrollo de su estudio en la región.

Política y gobierno, vol. 23, n.2, p. 347-390. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/pyg/v22n2/v22n2a4.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

FRETES, Luis. (2012). La consolidación democrática en Paraguay. *América Latina Hoy* vol.60,p. 67-82.Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/308/30823344004.pdf> . Acesso em: 26 jul 2021.

GAMBOA, Ricardo; ÁNGEL, Miguel; BAUZA, Jaime. (2013). La evolución programática de los partidos chilenos 1970-2009: de la polarización al consenso. *Revista de Ciencia Política*, vol. 33, n.2, p.443-467.Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0718-090X2013000200002&lng=pt&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-090X2013000200002&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 26 jul 2021.

GARCÉ, Adolfo.; YAFFÉ, Jaime. (2006). La izquierda Uruguay (1971-2004): ideología, estrategia y programa. *América Latina Hoy*, vol.44, p.87-114.Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/308/30804405.pdf> . Acesso em: 26 jul 2021.

GARRETÓN, Manuel. (1992). A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*,vol.27, p.59-92.

GIBSON, Edward; SUÁREZ-CAO, Julieta. (2010). Federalized Party Systems: Theory and Practice.*Comparative Politics*, vol. 43, n.1, p.21-39.

GOLOSOV, Grigorii. (2014). Factors of party nationalization. *International Political Science Review*,vol.37, n.2, p.1-15.

GOLOSOV, Gregorii. (2016). Party system nationalization: the problems of measurement with an application to federal states. *Party Politics*, vol.22, n.3, p. 278-288.

HARBERS, Imke. (2010).Decentralization and the Development of Nationalized Party Systems in New Democracies: Evidence from Latin America.*Comparative Political Studies*, vol. 43, n.5, p. 606-627.

JONES, Mark P; MAINWARING, Scott.(2003). The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas. *Party Politics*, vol.9, n.2, p.139-166.

KASUYA, Yuko; MOENIUS, Johannes. (2008). The Nationalisation of Party Systems: Conceptual Issues and Alternative District-Focused Measures. *Electoral Studies*, vol.27, n.1,p.126-135.

KECK, Margaret. (1991). PT: a lógica da diferença. *O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Editora Ática.

KINZO, Maria D'Alva. (1993). Radiografia do quadro partidário brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung.

LAAKSO, Markku; Taagepera, Rein. (1979). "Effective" number of parties: A Measure with application to Western Europe. *Comparative Politics*, vol.12, n.1, p.3-27.

LAGO, Ignacio; MONTERO, Juan Ramon. (2010). The Nationalisation of Party Systems Revisited: A New Measure Based on Parties' Entry Decisions, Electoral Results, and District Magnitude. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Canadian Political Science Association.

LAGO, Ignacio; MONTERO, Juan Ramon (2014). Defining and measuring party system nationalization. *European Political Science Review*, vol.6, n.2, p.191-211.

- LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. (1986). Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro. IDESP, Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos.
- LANZARO, Jorge. (2010). Uruguay: persistence and change in an old party democracy. In: LAWSON, Kay (ed) Political parties and democracy. Volume I: The Americas. Santa Barbara: Praeger.
- LEIRAS, Marcelo. (2010). Los procesos de descentralización y la nacionalización de los sistemas de partidos en América Latina. Política y Gobierno, vol. 17, n.2, p.205-241. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/pyg/v17n2/v17n2a1.pdf>
- MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. (1995). Party systems in Latin America. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. Building democratic institutions: party systems in Latin America. Stanford, CA: Stanford University Press.
- MARTÍNEZ, Fernando. (2013). El eje izquierda-derecha en el sistema de partidos políticos del Paraguay. Revista Paraguaya desde las ciencias sociales, vol. 2, p.1-25.
- MAYER, Rodrigo. (2018). Partidos Políticos no Brasil: do Império à Nova República. Curitiba: InterSaberes.
- MENEGUELLO, Rachel. (1989). PT: a formação de um partido, 1979-1982. Paz e Terra.
- MOENIUS, Johannes; KASUYA, Yuko. (2004). Measuring Party Linkage across Districts: Some Party System Inflation Indices and Their Properties. Party Politics, vol. 10, n.5, p.543-564.
- MOLINAS, José.; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal.; SAIEGH, Sebastián.; MONTERO, Marcela. (2011). De la concentración a la fragmentación. El juego político en Paraguay en los últimos 50 años. In: SCARTASCINI, Carlos.; SPILLER, Pablo.; STEIN, E.; TOMMASI, M. (Eds.). El juego político en América Latina: ¿Cómo se deciden las políticas públicas? Colombia: Banco Interamericano de Desarrollo.
- MORGENSTERN, Scott; POLGA-HECIMOVIICH, John; SIAVELIS, Peter. (2014). Seven imperatives for improving the measurement of party nationalization. Electoral Studies, vol.33, p.186-199.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. (2008). Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. 2.edição revista. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- MUSTILLO, Thomas; MUSTILLO, Sarah. (2012). Party Nationalization in a Multilevel Context: Where's the Variance? Electoral Studies, vol.31, n.2, p. 422-433.
- PAIVA, Denise; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. (2008). A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. Opinião Pública, vol.14 n.2, pp.432-453. Disponível: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010462762008000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010462762008000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)
- RIBEIRO, Pedro Floriano. (2013). Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. Revista Brasileira de Ciência Política, vol.10, p.225-265. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n10/07.pdf>
- ROBERTS, Kenneth; WIBBELS, Erik. (1999). Party systems and electoral volatility in Latin America: A test of economic, institutional, and structural explanations. The American Political Science Review, vol. 93, n. 3, p. 575-590.

- ROSE, Richard; URWIN, Derek.(1975).Regional Differentiation and Political Unity in Western Nations. Beverly Hills: Sage.
- RUIZ, Leticia. (2007). Partidos y coherencia. Parlamentários em America Latina. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales.
- RUIZ, Leticia; OTERO, Patricia. (2014). Indicadores de partidos y sistemas de partidos. Madrid: Centro de Investigaciones Sociologicas.
- SCHAKEL, Arjan; SWENDEN, Wilfried.(2018). Rethinking party system nationalization in India (1952-2014). Government and Opposition,vol.53, n.1, p.1-25.
- SCHATTSCHEIDER, Elmer Eric. (1960). The Semi-Sovereign People: A Realist's View of Democracy in America. New York: Holt, Rinehart, and Winston.
- SCHMITT, Rogério. (2000). Partidos Políticos do Brasil (1945-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SCULLY, Timothy. (1996). La reconstitución de la política de partidos en Chile. In: MAINWARING, Scott.; SCULLY, Timothy. (Eds.). La construcción de instituciones democráticas: sistema de partidos en América Latina. Santiago: Cieplan.
- SIAVELIS, Peter. (1997). Continuity and change in the chilean party system: on the transformation of electoral reform. Comparative Political Studies,vol. 30, n. 6, p. 651-674.
- STOKES, Donald E. (1965).A Variance Components Model of Political Effects. In: CLAUNCH, John; BERNDT, Joseph (eds). Mathematical Applications in Political Science. Dallas: Arnold Foundation.
- STOKES, Donald E. (1967).Parties and the Nationalisation of Electoral Forces. In: CHAMBERS, William; BURNHAM, Walter (eds).The American Party Systems: Stages of Political Development.Oxford: Oxford University Press.
- TAROUCO, Gabriela. (2010). Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). Revista Brasileira de Ciência Política,vol. 4, p. 169-186.Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3218>
- VAN BIEZEN, Ingrid. (1998). Sobre o equilíbrio interno do poder: as organizações partidárias nas novas democracias. Análise Social, vol.148, p.685-70.
- VAN BIEZEN, Ingrid. (2000). On the internal balance of party power party organizations in new democracies. Party Politics, vol.6, n.4, pp.395-417.
- YAFFÉ, Jaime.(2004). De Frente Amplio a la nueva mayoría. La izquierda uruguaya (1971-2004). Secuencia, vol. 60, p. 175-209.
- YAFFÉ, Jaime. (2013). Competencia interna y adaptación partidária en el Frente Amplio de Uruguay. Perfiles Latinoamericanos, vol.21, n. 41, p. 71-94.Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0188-76532013000100004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0188-76532013000100004&lng=es&nrm=iso)

### **Rodrigo Mayer**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor de Sociologia do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).